

E-Newsletter

2/2019

Direito da Família e das Sucessões

1- Acórdão do Tribunal da Relação de Évora, datado de 28 de fevereiro de 2019

Situação de facto: Estando pendente processo de promoção e proteção a favor de uma criança, a Mãe desta requereu o desentranhamento dos autos de informação clínica a seu respeito, tendo recorrido do despacho que indeferiu tal pretensão, no qual se entendeu que os documentos poderiam ser relevantes para decidir do mérito, considerando que em causa estava o bem-estar da criança.

No processo de promoção e proteção estava em causa o perigo para a criança decorrente do facto de o estado clínico da Mãe levar a que esta não permitisse a avaliação da real situação de saúde do filho, sujeitando-o à realização de um interminável conjunto de exames médicos desnecessários.

Questão jurídica e solução: estando em causa uma colisão de direitos com tutela constitucional – o direito à reserva da

intimidade da vida privada da Mãe da criança e o direito à proteção efetiva da criança – entendeu o Tribunal da Relação que deve prevalecer o interesse público da realização da justiça e da defesa do superior interesse da criança.

Com efeito, o direito à reserva da intimidade da vida privada admite compressão a nível constitucional sendo que essa compressão se destina à salvaguarda de um direito, também constitucionalmente acautelado, relacionado com a defesa da criança.

O Tribunal entendeu, ainda que, por se tratar de um processo de promoção e proteção, de natureza sigilosa e caráter reservado, o conhecimento funcional da informação clínica da Mãe da criança não poria em causa o conteúdo essencial do direito à reserva da intimidade da vida privada.

Link:

<http://www.dgsi.pt/jtre.nsf/134973db04f39bf28>



[02579bf005f080b/260e92fb791dfc4d802583c3004d1e24?OpenDocument](https://www.dgsi.pt/jtrp.nsf/56a6e7121657f91e80257cda00381fdf/a259d07da65a450a802583d700547747?OpenDocument)

2- Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, datado de 8 de março de 2019

Situação de facto: uma criança relativamente à qual, em processo de regulação das responsabilidades parentais, a correr termos no Reino Unido, foi atribuída a sua guarda à Mãe esta, uma vez autorizada a trazer a filha para gozo de férias em Portugal com a obrigação de a fazer regressar ao Reino Unido, violou a decisão judicial. Em vista da conduta da Mãe, foi aacionada a Convenção da Haia sobre os Aspectos Civis do Rapto Internacional de Crianças.

Questão jurídica e solução: perante a deslocação ilícita da criança, cumpre ou não ordenar o seu regresso ao país onde habitualmente reside tomando em consideração as previsões do artigo 13.º da mencionada Convenção.

O Tribunal da Relação entendeu que perante o circunstancialismo dos autos, o regresso da criança ao Reino Unido constituiria uma quebra na sua vida e no seu processo de crescimento, na medida em que a criança, fruto da deslocação ilícita, se encontrava a viver em Portugal desde novembro de 2016, tendo ficado demonstrado que a criança, em Portugal, desfruta de um ambiente de estabilidade

emocional e psicológica fundamental para o seu desenvolvimento harmonioso, que seria posto em crise com o regresso ao Reino Unido, independentemente de o fazer acompanhada pela Mãe.

O Tribunal da Relação fundou a sua decisão de não ordenar o regresso da criança ao Reino Unido na previsão do artigo 13.º alínea b) da mencionada Convenção da Haia.

Link:

<http://www.dgsi.pt/jtrp.nsf/56a6e7121657f91e80257cda00381fdf/a259d07da65a450a802583d700547747?OpenDocument>

3- Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, datado de 11 de abril de 2019

Situação de facto: foi celebrado contrato-promessa de partilha por divórcio sujeito à condição suspensiva do decretamento do mesmo, não tendo a promessa sido cumprida por um dos ex-cônjuges. O outro intentou ação de execução específica a qual foi julgada procedente, apesar de ter sido invocada, pela parte contrária, a nulidade do mencionado contrato promessa.

Questão jurídica e solução: determinar se o contrato promessa dos autos está ou não ferido de nulidade por violação da regra da metade consagrada no artigo 1730.º do Código Civil.



O Tribunal da Relação, para decidir esta questão (nulidade por ofensa da regra da metade), analisou o clausulado do contrato, na medida em que, para que exista nulidade invalidante do contrato-promessa, terá que existir uma estipulação relativa ao património comum que não respeite a regra da metade, quer seja do ativo ou passivo da comunhão, quer seja do saldo entre ativo e passivo.

No caso dos autos, apurou-se que aos bens imóveis haviam sido atribuídos os valores matriciais, tendo sido excluído da partilha um estabelecimento comercial, apesar de o mesmo constituir bem comum, não lhe tendo sido sequer atribuído valor.

Esta situação impede o conhecimento do valor total do ativo e, consequentemente, inviabiliza a determinação de existência de ofensa, ou não, da regra da igualação da partilha, por impedir que se determine se, concretamente, cada um dos ex-cônjuges participa ou não, em metade do ativo do acervo comum, pelo que o contrato promessa outorgado padece de nulidade por violação do artigo 1730.º do Código Civil.

Link:

<http://www.dgsi.pt/jtrp.nsf/56a6e7121657f91e80257cda00381fdf/bdedd3267602e5ca80258408004f33f1?OpenDocument>

4- Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, datado de 28 de maio de 2019

Situação de facto: em processo de regulação o exercício das responsabilidades parentais, ficou previsto que o Pai da criança pagaria a totalidade dos manuais escolares, material escolar, didático, desportivo, visitas de estudo e atividades extracurriculares. Este progenitor entendeu que não estava incluída nesta obrigação, o pagamento da aquisição de um computador.

Questão jurídica e solução: saber se um computador deve ser considerado como despesa de educação.

O Tribunal da Relação considerou que o computador não pode deixar de ser considerado como um instrumento de aprendizagem, utilizado na escola pública para o acesso a conteúdos técnicos e científicos e também para a elaboração de trabalhos.

Entendeu, pois, o Tribunal que a aquisição de um computador se subsume nas despesas necessárias e inerentes ao ano escolar, constituindo material didático relevante e necessário nos dias de hoje, pelo que terá ser suportado pelo Pai da criança.

Link:

<http://www.dgsi.pt/jtrl.nsf/33182fc732316039802565fa00497eec/a825d9b47e00b0ca80258420002e5d4c?OpenDocument>



5- Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães, datado de 6 de junho de 2019

Situação de facto: apresentação de incidente de diferimento de desocupação de imóvel arrendado que constituía a casa de habitação do insolvente.

Questão jurídica e solução: saber se, por aplicação dos artigos 864.º e seguintes do Código de Processo Civil pode ser diferida a desocupação de imóvel arrendado que constituía a habitação da família do insolvente.

O Tribunal da Relação entendeu que o prazo de 90 dias para desocupação do imóvel, judicialmente fixado, correspondia a um prazo justo e equitativo, atendendo quer à data em que foi decretada a insolvência do devedor, quer à data em que o imóvel foi apreendido à ordem dos autos (data a partir da qual o devedor insolvente tem a obrigação de atuar de molde a reorganizar a sua vida e a do seu agregado familiar).

Com efeito, o prazo do diferimento para desocupação só se inicia a partir do trânsito em julgado da decisão que o fixa.

Não era pois admissível lançar mão do diferimento da desocupação nos termos dos artigos 864.º e seguintes do Código de Processo Civil, nomeadamente considerando a necessidade de preenchimento dos requisitos

legais para que tal pedido de diferimento possa ser decretado.

Link:

<http://www.dgsi.pt/jtrg.nsf/86c25a698e4e7cb7802579ec004d3832/26639feff3fc49688025842700304949?OpenDocument>

Rogério Alves & Associados

João Perry da Câmara

Teresa Silva Tavares

Sofia Vaz Pardal

Julho de 2019